



## Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres - CLADEM

Por estados que cumplan con los derechos humanos de las mujeres.

Argentina - Bolivia - Brasil - Colombia - El Salvador - Guatemala - Honduras - México  
Nicaragua - Panamá - Paraguay - Perú - Puerto Rico - República Dominicana - Uruguay

### Múltiplas violências contra criança-menina no Brasil: estupro, gravidez aos 10 anos, exposição, ameaças, fake news e violência de gênero

O Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM) - que desenvolve a Campanha "Embarazo y la maternidad infantil forzados (EIF/MIF) es tortura" junto a outras organizações e pessoas em outros 15 países da América Latina e Caribe - vem reafirmar o direito à proteção integral para a criança brasileira de 10 anos, pobre e negra, que engravidou em decorrência de continuados estupros praticados por seu tio e após uma *via crucis* de 8 dias de peregrinação por serviços teve o direito ao aborto garantindo judicialmente e realizado.



Para entender o contexto de negação de direitos, a menina passou a sofrer uma segunda violência após se tornar pública sua história de abusos sexuais desde os 6 anos de idade cometidas pelo seu tio, no município de São Mateus, litoral norte do Estado do Espírito Santo, Brasil. A situação ganhou os jornais em 08 de agosto pela forma como se descobriu o crime: a criança, com dores abdominais, deu entrada no hospital da cidade e, por exames, identificaram que ela estava grávida. Descoberto o crime, o tio, que fugiu em seguida, passou a ameaçar a família e a criança foi levada a um abrigo, sendo mantida sob a custódia do Estado. O caso, por isso, foi submetido à apreciação do poder judiciário, que concedeu autorização para a realização do procedimento em 14 de agosto, sexta-feira.

No último domingo, 16 de agosto, a criança teve suas informações expostas e sua integridade física colocada em risco em função de uma campanha que buscou impedir arbitrariamente a realização do aborto legal e a garantia do direito à saúde sexual, física e psíquica, tal qual o estabelecido na legislação brasileira, que autoriza expressamente e a interrupção da gestação em caso de estupro, em caso de risco à gestante e em caso de feto anencefálico.

O caso gerou um pânico moral no Brasil, pois serviu de palco para autoridades federais e pessoas contrárias ao direito de interrupção à gravidez protestarem contra o juiz e o promotor público que opinaram pela interrupção, bem como conclamarem, via redes sociais, protestos sob os gritos de "Assassinos!" contra a equipe do hospital da cidade de Recife-Pernambuco para onde a menina foi encaminhada no domingo, após o primeiro hospital de referência da capital Vitória-ES ter recusado atendê-la no dia 15, sábado. Foi sob a sanha de fundamentalistas religiosos que a destemida e comprometida equipe médica conseguiu realizar o procedimento na criança na noite do domingo.

Não fossem suficientes todas as dificuldades criadas para a criança ter acesso ao serviço de aborto legal e ao procedimento executado, os grupos fundamentalistas persistem em insinuar que a vítima de estupro é uma assassina, bem como distribuem a narrativa de que "uma menina de 10 anos sabe o que faz" e outras mensagens com o objetivo de reforçar estereótipos de gênero para confundir toda a opinião pública brasileira, que se mobilizou em solidariedade à criança. Além de afetar diretamente a honra e imagem de uma criança de 10 anos, esses grupos fundamentalistas, que agem de forma muito semelhante na região, também passaram a ameaçar os profissionais envolvidos no serviço de aborto legal, contribuindo para a instabilidade do seu funcionamento, e a produzir *fake news* para atingir a imagem das organizações de mulheres e ativistas feministas defensoras de direitos humanos.



## **Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres - CLADEM**

**Por estados que cumplan con los derechos humanos de las mujeres.**

Argentina - Bolivia - Brasil - Colombia - El Salvador - Guatemala - Honduras - México  
Nicaragua - Panamá - Paraguay - Perú - Puerto Rico - República Dominicana - Uruguay

Após a realização do procedimento abortivo, a grande maioria da população brasileira suspira de alívio por a criança ter interrompido a gestação e passar bem, porém o Brasil ainda está chocado com um caso tão brutal e pelo descortinamento de dados de gravidez, violência sexual e casamentos que atingem nossas crianças e demonstram que esse caso, infelizmente, não é único. No Brasil, somente em 2018, 21.172 bebês nasceram de crianças de 10 a 14 anos. De 1994 a 2018, foram 655.836 nascidos vivos, uma média mais de 26 mil nascimentos por ano. Ou seja, mais de 650 mil meninas foram vitimizadas triplamente pelo simples fato de serem meninas: foram estupradas, não acessaram o direito ao aborto legal e, possivelmente, vivenciaram a maternidade de forma compulsória, sem contar os demais danos biopsicossociais.

Entendemos que a maternidade infantil viola a dignidade da criança e é incompatível com o princípio da proteção integral preconizado na Constituição brasileira, no Estatuto da Criança e Adolescentes e na legislação Internacional protetiva dos direitos das crianças. Compreendemos que a tentativa de negar o aborto legal se apresenta como mecanismo de forçar uma gravidez que até a legislação brasileira desaprova quando considera a relação sexual com crianças e menor de 14 anos como crime de estupro de vulnerável e parte do rol dos crimes hediondos. Defendemos que a GRAVIDEZ INFANTIL é, por negar a infância e causar danos físicos, psíquicos e sexuais às meninas-crianças e adolescentes de 14 anos de idade, TORTURA.

Dessa forma, expressamos apoio a todos os profissionais que atuaram na cadeia de acolhimento que levou ao procedimento de interrupção de gravidez da criança a termo e que, contrariamente ao exercício mais correto de que seus diplomas podem valer, estão sofrendo procedimentos administrativos por sua conduta assentada na obediência em cumprir a legislação e na realização da justiça em concreto. Expressamos também reconhecimento e apoio às organizações e ativistas feministas pela diligência e aguerrida atuação para fazer valer o direito e proteção da vida da criança capixaba.

Por todo exposto, **MANIFESTAMOS PREOCUPAÇÃO** com a segurança da criança e seus familiares que a protegem, da equipe de profissionais e defensoras de direitos humanos que estiveram e estão na linha de frente para garantia do exercício da infância e de viver da criança capixaba triplamente violentada; e **CONCLAMAMOS** o ESTADO BRASILEIRO A GARANTIR a devida proteção para esses atores e investigue, instaurar e julgar por meio dos procedimentos cabíveis a conduta dos que se negaram o dever jurídico de garantir o direito da criança de 10 anos, cujo sonho de voltar a jogar futebol com as amigas.

Meninas não são mães, gravidez na infância é tortura.

#NiñasNoMadres #ElFesTortura #GravidezAos10Mata

**CLADEM**

**Argentina, Brasil, Bolivia, Colombia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México,  
Nicaragua, Paraguay, Panamá, Perú, Puerto Rico, República Dominicana, Uruguay.**



## Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres - CLADEM

Por estados que cumplan con los derechos humanos de las mujeres.

Argentina - Bolivia - Brasil - Colombia - El Salvador - Guatemala - Honduras - México  
Nicaragua - Panamá - Paraguay - Perú - Puerto Rico - República Dominicana - Uruguay

### Violencia múltiple contra las niñas en Brasil: violación, embarazo a los 10 años, exposición, amenazas, fake news y violencia de género

El Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres (CLADEM) - que desarrolla la Campaña "Embarazo y maternidad infantil forzados (EIF/MIF) es tortura", con otras organizaciones y personas en 15 países de la región - reafirma el derecho a la protección plena para la niña brasileña de 10 años, pobre y negra, que quedó embarazada como consecuencia de las continuas violaciones cometidas por su tío y luego de una peregrinación de ocho días por los servicios, tuvo derecho a aborto legalmente garantizado y realizado.

Para comprender el contexto de la negación de derechos, la niña comenzó a sufrir una segunda violencia luego de que se hiciera pública su historia de abuso sexual desde los 6 años cometido por su tío, en el municipio de São Mateus, costa norte del Estado de Espírito Santo, Brasil. La situación llegó a los periódicos el 8 de agosto por la forma en que se descubrió el crimen: la niña, con dolor abdominal, fue ingresada en el hospital de la ciudad y, mediante exámenes se identificó que estaba embarazada. Después de que se descubrió el crimen, el tío, que luego huyó, comenzó a amenazar a la familia y la niña fue llevada a un refugio, quedando bajo custodia estatal. Por lo tanto, el caso fue sometido al Poder Judicial, que otorgó autorización para realizar el trámite el viernes 14 de agosto.

El pasado domingo 16 de agosto, la niña tuvo expuesta su información y puso en riesgo su integridad física como resultado de una campaña que buscaba prevenir arbitrariamente la realización del aborto legal y la garantía del derecho a la salud sexual, física y mental, tal como lo establece la legislación brasileña, que autoriza expresamente la interrupción del embarazo en caso de violación, en caso de riesgo para la embarazada y en caso de feto anencefálico.

El caso generó un pánico moral en Brasil, ya que sirvió de escenario para que autoridades federales y personas contra el derecho a interrumpir el embarazo protestaran contra el juez y el fiscal que optaron por la interrupción, así como para convocar, a través de las redes sociales, protestas bajo los gritos de "Assassins!" contra el equipo del hospital de la ciudad de Recife-Pernambuco donde la niña fue enviada el domingo, luego de que el primer hospital de referencia de la capital Vitória-ES se negara a atenderla el sábado 15. Fue bajo la presión de los fundamentalistas religiosos que el equipo médico valiente y comprometido logró realizar el procedimiento la noche del domingo.

Además de todas las dificultades creadas para que la niña tenga acceso al servicio de aborto legal y la realización del procedimiento, no fueran suficientes, los grupos fundamentalistas persisten en insinuar que la víctima de la violación es una asesina, además de difundir el relato de que "una niña de 10 años sabe lo que hace" y otros mensajes con el objetivo de reforzar los estereotipos de género para confundir a toda la opinión pública brasileña, que se movilizó en solidaridad con ella. Estos grupos fundamentalistas afectaron directamente el honor y la imagen de una niña de 10 años, estos actúan de manera muy similar en la región, también comenzaron a amenazar a los profesionales involucrados en el servicio de aborto legal, contribuyendo a la inestabilidad de su funcionamiento, y produjeron "fake news" para perjudicar la imagen de organizaciones de mujeres y activistas feministas defensoras de los derechos humanos.

Después de realizar el procedimiento de aborto, la gran mayoría de la población brasileña suspira aliviada de que la niña haya interrumpido el embarazo y esté bien, pero Brasil sigue conmocionado por un caso tan brutal y por la revelación de datos sobre embarazo, violencia sexual y matrimonios, que afectan a niñas y adolescentes, demostrando que este caso, lamentablemente, no es el único. En Brasil, solo en 2018, nacieron 21.172 bebés de niñas de 10 a 14 años. De 1994 a 2018, hubo 655,836 nacidos vivos, un promedio de más de 26 mil nacimientos por año. Es decir, más de 650 mil niñas fueron



## Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres - CLADEM

Por estados que cumplan con los derechos humanos de las mujeres.

Argentina - Bolivia - Brasil - Colombia - El Salvador - Guatemala - Honduras - México  
Nicaragua - Panamá - Paraguay - Perú - Puerto Rico - República Dominicana - Uruguay

victimizadas tres veces por el simple hecho de ser niñas: fueron violadas, no tuvieron acceso al derecho al aborto legal y, posiblemente, vivieron la maternidad de manera obligatoria, sin mencionar los demás daños biopsicosociales.

Entendemos que la maternidad infantil atenta contra la dignidad de la niña y es incompatible con el principio de protección plena preconizado en la Constitución brasileña, el Estatuto de la Niñez y la Adolescencia y en la legislación internacional que protege los derechos de la infancia. Entendemos que el intento de negar el aborto legal se presenta como un mecanismo para forzar un embarazo que incluso la ley brasileña desapruueba al considerar las relaciones sexuales con niñas y adolescentes de 14 años como un delito de violación de personas vulnerables y parte de la lista de delitos atroces. Argumentamos que el EMBARAZO INFANTIL es, al negar la infancia y causar daño físico, psicológico y sexual a niñas-niños y adolescentes de 14 años, TORTURA.

De esta forma, expresamos nuestro apoyo a todos los profesionales que laboraron en la cadena de acogida que supuso la interrupción del embarazo de la niña y que, contrario al ejercicio más correcto al tutelar sus derechos, se encuentran en trámites administrativos por su conducta, asentada en la obediencia al cumplimiento de la legislación y en la realización de la justicia en concreto. También expresamos reconocimiento y apoyo a las organizaciones y activistas feministas por su diligencia y arduo trabajo para hacer valer el derecho y la protección de la vida de la niña de Espírito Santo.

Por todo lo anterior, EXPRESAMOS PREOCUPACIÓN por la seguridad de la niña y su familia, del equipo de profesionales y defensores de derechos humanos que estuvieron y están en la primera línea para garantizar el ejercicio de la niñez y la vida de la niña triplemente maltratada en Espírito Santo; y EXIGIMOS al ESTADO BRASILEÑO GARANTIZAR la debida protección a estos actores e investigar, instituir y juzgar por los procedimientos adecuados la conducta de quienes han negado el deber legal de garantizar los derechos de la niña de 10 años, quien sueña con volver a jugar al fútbol con sus amigos.

Las niñas no son madres, el embarazo infantil es una tortura.

#NiñasNoMadres #EIFesTortura #GravidezAos10Mata

**CLADEM**

**Argentina, Brasil, Bolivia, Colombia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Paraguay, Panamá, Perú, Puerto Rico, República Dominicana, Uruguay.**

